



CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS

Arquivo Público Vereador Ivan José Lopes

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DE MONTES CLAROS

FLASH

9356

Presidente da Mesa Diretora: José Marcos Martins de Freitas

Espécie: Projeto de Lei

Categoria: Imóveis

Autoria: Executivo Municipal

Data: 03/09/2019

Descrição Sumária: PROJETO DE LEI Nº 110/2019. Autoriza o Poder Executivo a fazer concessão de direito real de uso de imóvel do Município, por prazo determinado, à Igreja Batista Independente Missionária, e dá outras providências. (Terreno medindo 2.786,30 m², localizado no loteamento Nova Morada, para edificação de uma praça pública e uma creche para crianças de 0 a 5 anos). (Referente à Lei nº 5.183, de 20/09/2019).

Controle Interno – Caixa: 12.7

Posição: 25

Número de folhas: 09

Observação: Este projeto possui dois mapas que não foram digitalizados devido ao formato ser incompatível com a digitalizadora. Encontram-se no arquivo físico, disponível para pesquisa *in loco*.

Especie: Pl
Categoria: (Financieira)
CX: 42.04
Ardeor: 25
nº fls: 8 (incluindo 1 fls
com yphota, arquitetura
tônica).



nº 76/2019

17.09.2019

Câmara Municipal de Montes Claros

Lei 5.183 20/09/19

PROJETO DE LEI Nº 110/2019

AUTOR:

Executivo Municipal

ASSUNTO:

Autoriza a Concessão de Direito Real de Uso de Imóvel à Igreja
Batista Independente Missionária e dá Outras Providências.

MOVIMENTO

Entrada em 03/09/2019

Comissão de Legislação e Justiça.

- 1 -
- 2 - APROVADO EM REGIME DE URGÊNCIA
- 3 - Em 17.09.2019.
- 4 -
- 5 -
- 6 -
- 7 -
- 8 -
- 9 -
- 10 -



Município de Montes Claros-MG
PROCURADORIA-GERAL

PROJETO DE LEI Nº 110, DE 26 DE AGOSTO DE 2019.

AUTORIZA A CONCESSÃO DE DIREITO REAL DE USO DE IMÓVEL À IGREJA BATISTA INDEPENDENTE MISSIONÁRIA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Os cidadãos do Município de Montes Claros/MG, por seus legítimos representantes na Câmara Municipal, aprovaram e o Prefeito Municipal, em seu nome e no uso de suas atribuições, sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º – Fica desafetado da categoria de área institucional, passando a integrar a categoria dos de bens dominicais do Município, o imóvel com área de 2.786,30m² (dois mil, setecentos e oitenta e seis metros e trinta decímetros quadrados), situado no Loteamento Nova Morada – Prolongamento, com a seguinte descrição:

I – “Inicia-se a descrição deste perímetro no vértice **V-01** de Coordenadas E=619.168,38 e N=8153.957,57 na esquina da Rua “D” com Rua Vicente Braga, deste segue limitando com a Rua “D”, na distância de 39,32 metros e azimute de 280°45'51” até o vértice **V-02** de coordenadas N=8.153.964,80 e E=619.584; deste deflete à direita e segue limitando com ÁREA VERDE DO MUNICÍPIO (Loteamento “Nova Morada – prolongamento”), na distância de 70,86 metros e azimute de 9°14'19” até o vértice **V-03** de coordenadas E=619.596,14 e N=8154.034,26; deste deflete à direita e segue limitando com a Rua “F” na distância de 39,32 metros e azimute de 99°18'45”, até o vértice **V-04** de coordenadas E=619.629,86 e N=8154.027,99; deste deflete à direita e segue limitando com a Rua Vicente Braga no azimute de 189°14'19” e distância de 70,86 metros até atingir o vértice **V-01**, vértice inicial desta descrição. Todas as coordenadas descritas estão georreferenciadas ao Sistema Geodésico Brasileiro, e encontram-se referenciadas ao Meridiano Central de 45°00'00” WGR, Datum Sirgas 2000, todos os azimutes, distâncias, área e perímetro, foram calculados no plano de projeção UTM.”.

Art. 2º – Fica o Município de Montes Claros autorizado a conceder o direito real de uso do imóvel descrito no inciso I, do artigo anterior, à Igreja Batista Independente Missionária, que será utilizado pela concessionária, exclusivamente, para edificação de uma Praça Pública e de uma Creche para atendimento de crianças de 0 a 5 anos, residentes na comunidade local.

Art. 3º – Os custos e despesas relativas a construção, funcionamento, conservação, manutenção das edificações serão de exclusiva responsabilidade da concessionária.

Art. 4º – O prazo da concessão autorizada por esta lei será de 20 (vinte) anos, podendo ser prorrogado por acordo entre as partes e será regida pelas cláusulas e condições do instrumento contratual a ser celebrado com o Município, cabendo à concessionária, a partir daí, todas as providências para a plena regularização da concessão.

Art. 5º – Resolve-se a presente concessão antes do prazo descrito no artigo anterior se a concessionária der ao imóvel destinação diversa da estabelecida no contrato ou descumprir cláusula resolutória do ajuste, perdendo as benfeitorias que houver feito no imóvel.

Art. 6º – Fica dispensada a concorrência de que trata o *caput* do art. 107 e o §1º, do art. 111 da Lei Orgânica Municipal, nos termos do seu art. 107, § 1º, em razão do justificado interesse público.

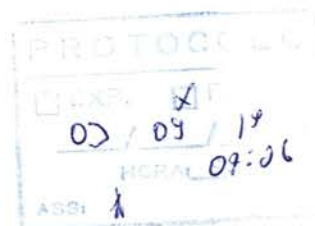
Parágrafo único. Fica também reconhecido, para a referida concessão, a inexigibilidade do chamamento público, nos termos do art. 31, da Lei Federal nº. 13.019/14.

Art. 7º – Ficam revogadas as disposições em contrário.

Art. 8º – Esta lei entra em vigor na data da sua publicação.

Montes Claros (MG), em 26 de agosto de 2019.


Humberto Guimarães Souto
Prefeito de Montes Claros



CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS
A COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO
E JUSTIÇA
EM 03 DE SETEMBRO DE 2019
PRESIDENTE

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS
APROVADO EM DISCUSSÃO POR
REGIME DE URGÊNCIA
EM 17 DE SETEMBRO DE 2019
PRESIDENTE



Município de Montes Claros-MG
PROCURADORIA-GERAL

Montes Claros (MG), 26 de agosto de 2019

Exmo. Sr.

Vereador José Marcos Martins de Freitas (Marcos Nem)

DD. Presidente da Câmara Municipal de Montes Claros

Ofício nº GP-_____/2019

Assunto: encaminhamento de projeto de lei

Senhor Presidente,

Com o presente, encaminho a Vossa Excelência, para apreciação da douta Câmara Municipal, o incluso Projeto de Lei, que **"AUTORIZA A CONCESSÃO DE DIREITO REAL DE USO DE IMÓVEL A IGREJA BATISTA INDEPENDENTE MISSIONÁRIA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."**

Trata-se de Projeto de Lei que visa autorizar o Município de Montes Claros a realizar a concessão de direito real de uso de imóvel à Igreja Batista Independente Missionária, com o objetivo de edificação de uma Praça Pública e de uma Creche para atendimento de crianças de 0 a 5 anos, residentes na comunidade local. O que demonstra o relevante interesse público da doação pleiteada, em razão do caráter público e assistencial das edificações a serem construídas no local.

Contando com a compreensão e o elevado espírito público de Vossa Excelência e dos demais Excelentíssimos integrantes dessa Casa Legislativa, reiteramos os protestos de elevada estima e distinta consideração.

Atenciosamente,

Humberto Guimarães Souto
Prefeito de Montes Claros

Memorial Descritivo

Identificação: ÁREA INSTITUCIONAL – Loteamento Nova Morada – Prolongamento
Área: 2.786,302 (dois mil, setecentos e oitenta e seis metros, e trinta decímetros quadrados)
Proprietário: Município de Montes Claros

*Inicia-se a descrição deste perímetro no vértice **V-01** de Coordenadas E=619.168,38 e N=8153.957,57 na esquina da Rua "D" com Rua Vicente Braga, deste segue limitando com a Rua "D", na distância de 39,32 metros e azimuth de 280°45'51" até o vértice **V-02** de coordenadas N=8.153.964,80 e E=619.584; deste deflete à direita e segue limitando com ÁREA VERDE DO MUNICÍPIO (Loteamento "Nova Morada – prolongamento"), na distância de 70,86 metros e azimuth de 9°14'19" até o vértice **V-03** de coordenadas E=619.596,14 e N=8154.034,26; deste deflete à direita e segue limitando com a Rua "F" na distância de 39,32 metros e azimuth de 99°18'45", até o vértice **V-04** de coordenadas E=619.629,86 e N=8154.027,99; deste deflete à direita e segue limitando com a Rua Vicente Braga no azimuth de 189°14'19" e distância de 70,86 metros até atingir o vértice **V-01**, vértice inicial desta descrição.*

Todas as coordenadas descritas estão georreferenciadas ao Sistema Geodésico Brasileiro, e encontram-se referenciadas ao Meridiano Central de 45°00'00" WGR, Datum Sirgas 2000, todos os azimutes, distâncias, área e perímetro, foram calculados no plano de projeção UTM.



Eduardo Gonçalves de Almeida

CFT/RNP: 1413935370

Encarregado de Setor - PMMC



CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS

ASSESSORIA LEGISLATIVA

PARECER SOBRE PROJETO DE LEI Nº 110/2019 QUE “Autoriza a Concessão de direito real de uso de imóvel à Igreja Batista independente Missionária e dá Outras Providências.”, de autoria do Prefeito Municipal.

Projeto de Lei enviado à Assessoria Legislativa da Câmara Municipal de Montes Claros –MG, para análise de sua constitucionalidade e legalidade.

O presente projeto tem como objetivo a cessão do bem municipal para a entidade que menciona, qual seja, a Igreja Batista Independente Missionária.

A princípio vislumbrar-se-ia a ilegalidade do projeto uma vez que a entidade a ser beneficiada é de cunho religioso, qual seja, uma Igreja.

Porém, tanto a Constituição Federal quanto a Lei Orgânica permitem a doação de bens, desde que presente o interesse público e não o interesse religioso:

Dispõe o art. 16 da LOM:

Art.16 - Ao Município é vedado:

I - estabelecer cultos religiosos ou igrejas subvencioná-los, embaraçar-lhes o funcionamento ou manter com eles ou seus representantes, relações de dependência ou aliança, **ressalvada, na forma da lei, a colaboração de interesse público; (grifamos)**

E o art. 19 da Constituição Federal:

Art. 19. É vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios:

I - estabelecer cultos religiosos ou igrejas, subvencioná-los, embaraçar-lhes o funcionamento ou manter com eles ou seus representantes relações de dependência ou aliança, **ressalvada, na forma da lei, a colaboração de interesse público;**



CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS

Portanto, caso presente o interesse público, não haveria a vedação legal.

De acordo com o art. 2º do projeto, o imóvel será utilizado exclusivamente para a construção de uma creche e de uma praça pública, revelando, assim o interesse público e não religioso.

Ademais, o que se vê não é uma doação de imóvel, mas sim a concessão de um direito real de uso, inclusive com cláusula de reversão.

Não se vislumbra no projeto em questão qualquer vício de iniciativa, tendo em vista que a administração dos bens municipais compete ao Executivo.

Assim sendo, somos de parecer que o projeto em questão é legal, constitucional e atende à forma técnica de redação.

É o parecer, sob censura.

Montes Claros, 09 de setembro de 2019.

Luciano Barbosa Braga
Assessor Legislativo
OAB/MG 78605



Câmara Municipal de Montes Claros - MG

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO

PARECER SOBRE PROJETO DE LEI Nº 110/2019

AUTOR: Executivo Municipal

MATÉRIA: Autoriza a Concessão de Direito Real de Uso de Imóvel à Igreja Batista Independente Missionária e dá Outras Providências”.

I- RELATÓRIO

A proposição foi distribuída à Comissão de Legislação, Justiça e Redação em 03/09/2019, com entrada na Sala das Comissões no dia 09/09/2019.

Compete a esta Comissão, nos termos regimentais, emitir parecer sobre a legalidade, constitucionalidade e forma técnica de redação do projeto.

II – FUNDAMENTAÇÃO

O projeto de lei trata de concessão de Direito Real de Uso de Imóvel à Igreja Batista Independente Missionária e dá Outras Providências.

Nos termos do art. 1º, fica desafetado de área institucional passando a integrar a categoria de bens dominicais, área de 2.786,30m² (dois mil, setecentos e oitenta e seis metros e trinta decímetros quadrados), situado no Loteamento Nova Morada para, após, conceder em direito real de uso à igreja Batista Independente Missionária.

Já o art. 2º, estabelece que o imóvel será utilizado, exclusivamente, para edificação de uma Praça Pública e de uma creche para atendimento de crianças de 0 a 5 anos, residentes na comunidade local. A concessão foi fixada por vinte anos.

Tanto a Constituição Federal, art. 19, quanto a Lei Orgânica Municipal, art. 16 veda o Município manter com igreja relação de dependência ou subvencioná-la, excetuando, entretanto, a colaboração de interesse público, o que a nosso ver configura o projeto em questão.

Por fim, compete ao Executivo a administração e disposição dos bens municipais, portanto a matéria não incide em vício material e/ou formal.

III – CONCLUSÃO

Diante do exposto, esta Comissão conclui pela legalidade e constitucionalidade do referido projeto de lei e que o mesmo atende a forma técnica de redação.

Sala das Comissões, _____ de Setembro de 2019.

Presidente: Ver. Aldair Fagundes Brito

Vice- Presidente: Ver. Maria Helena de Quadros Lopes

Relator: Ver. Wanderley Ferreira de Oliveira: